



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA	
PROTOCOLO	
Nº 59	DATA: 27 / 01 / 23
_____ FUNCIONÁRIO	

Colatina-ES, 27 de janeiro de 2023.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Colatina

PROC Nº 59
FOLHA Nº 01
RUBRICA

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E DE BOTIJAS DE GÁS RESIDENCIAL COMUM P13 (GLP), PARA CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023.

Venho por meio deste solicitar a V. Ex.^a, autorização para Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de Água Mineral, garrações de 20 Litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **a ser utilizados de forma parcelada**, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023.

Informo que estes itens são necessários para atender os vereadores, servidores e a população que frequenta esta Câmara Municipal de Colatina.

Diante desta necessidade, segue, em anexo, a solicitação com o pedido, termo de referencia, para que seja encaminhado ao setor competente para providencias cabíveis.

Respeitosamente,

MARCELO CARVALHO PRETTI
Diretor Geral da Câmara Municipal de Colatina



CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA

ESPIRITO SANTO

Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

PROC N° 59
FOLHA N° 02
RUBRICA

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E/ OU SERVIÇOS

Número/Ano

000001 / 2023 - 26/01/2023

Secretaria

CAMARA MUNICIPAL

Local/Setor

CANTINA

Solicitante

FLAVIO MARTINELI

Justificativa

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de Água Mineral, garrafões de 20 Litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referencia.

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00002353	GALAO AGUA MINERAL 20 LITROS galao de agua mineral 20 litros	UN	350,00		
00002		00002524	BOTIJA DE GAS gás residencial comum p13 (glp), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.	UN	7,00		

Assinatura do responsável pela solicitação

Assinatura da chefia

Rua Prof. Arnaldo de Vasconcellos Costa, n° 32 - Centro Colatina/ES - CEP 29700-22
TELEFAX: (27) 3722 3444 www.camaracolatina.es.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de Água Mineral, garrações de 20 Litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **a serem utilizados de forma parcelada**, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referencia.

2. JUSTIFICATIVA

Justifico da necessidade da aquisição dos itens descritos, visto que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. A Contratada deverá fornecer:

ITE M	QTD	UND.	DESCRIÇÃO
01	350	Galões	Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro.
02	07	Botijas	Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.

3.2. Os garrações deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;

III – apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, ano de envasamento e do prazo de validade;

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.3. Os botijões deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ou outros tipos de deformações;

III – apresentar rótulo padrão do gás que deverá conter as informações sobre a empresa fonte, ano de envasamento e do prazo de validade;

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de



Câmara Municipal de Colatina

Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto

Estado do ESPÍRITO SANTO

PROC N° 59
FOLHA N° 04
RUBRICA 9

efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.4. A entrega dos itens será parcelada, ao longo do ano de 2023, conforme houver a necessidade. As entregas deverão ser feitas no prazo de até 4 (quatro) horas, após solicitação feita via telefone. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento.

3.5. Os pedidos de água e gás poderão começar a ser feitos a partir da autorização de fornecimento e deverão ser entregues na sede do Poder Legislativo Municipal.

3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será a partir da assinatura da autorização de fornecimento até 31 de dezembro de 2023.

5. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão do contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas por servidores da Câmara Municipal de Colatina, que serão designados por Ato Administrativo Interno.

6. PAGAMENTO

6.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será recebido e atestado pelo Fiscal do Contrato designado para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta contratação.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem emendas ou rasuras, atestadas por servidor responsável, acompanhada das certidões de débitos municipal, estadual e federal, além da junto ao FGTS.

6.3. No preço ofertado na proposta da contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxa de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 05
RUBRICA 97

Colatina, 27 de janeiro de 2023.

Ref. Processo n° 059/2023

Ao Setor de Compras, Licitações e Contratos:

Encaminho o presente processo, solicitando a Vossa Senhoria tomar as providencias cabíveis, conforme solicitado pelo Diretor Geral desta Câmara.

Logo após, o mesmo deverá ser remetido a este Gabinete, para que sejam tomadas as providências.


FELIPPE COUTINHO MARTINS
Presidente da Câmara Municipal de Colatina



CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

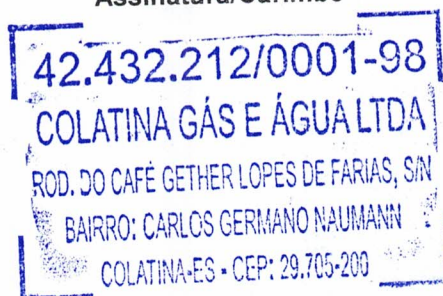
PROC N° 59
FOLHA N° 06
RUBRICA

PEDIDO DE ORÇAMENTO PARA FORNECEDORES
Tel. Contato (27) _____ - _____

Cód	Ítem	Especificação	Marca	Und	Quantidade	Unitário	Valor Total
002353	00001	GALAO AGUA MINERAL 20 LITROS GALAO DE AGUA MINERAL 20 LITROS	Calogi	UN	350	10.00	3500.00
002524	00002	BOTIJA DE GAS Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.	NACIONAL	UN	7	10300	72100
Total Geral						4.221.00	

Prazo para entrega: 01 dias
Validade da proposta: 60 dias
Data: 31/01/2023

Assinatura/Carimbo





CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROC N° 59
FOLHA N° 07
RUBRICA 6

PEDIDO DE ORÇAMENTO PARA FORNECEDORES
Tel. Contato (27) 99922 - 5251

Cód	Item	Especificação	Marca	Und	Quantidade	Unitário	Valor Total
002353	00001	GALAO AGUA MINERAL 20 LITROS GALAO DE AGUA MINERAL 20 LITROS	DOMINOS MARTINS	UN	350	12,00	4.200,00
002524	00002	BOTIJA DE GAS Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.	LIQUIGAS	UN	7	110,00	770,00
Total Geral							

Prazo para entrega: 01 dias
Validade da proposta: 30 dias
Data: 31/01/2023

Jonathan Soares Bolzan
Assinatura/Carimbo

24.597.903/0001-60
JONATHAN SOARES BOLZAN
EIRELI - ME
AVENIDA BRASIL, N° 2267
MARIA DAS GRAÇAS - CEP 29700-100
COLATINA - ES



CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

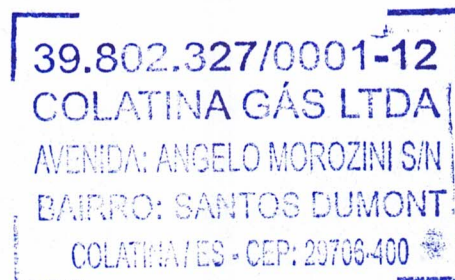
PROC N° 59
FOLHA N° 08
RUBRICA 6

PEDIDO DE ORÇAMENTO PARA FORNECEDORES
Tel. Contato (27) _____ - _____

Cód	Ítem	Especificação	Marca	Und	Quantidade	Unitário	Valor Total
002353	00001	GALAO AGUA MINERAL 20 LITROS GALAO DE AGUA MINERAL 20 LITROS	Pedra Azul	UN	350	9.99	3.496.50
002524	00002	BOTIJA DE GAS Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.	Nacional Gas	UN	7	99.00	693.00
Total Geral						4.189.00	

Prazo para entrega: 01 dias
Validade da proposta: 60 dias
Data: 01/02/2023

Mania Leiria Costa Justo
Assinatura/Carimbo





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

PROC N° 59
FOLHA N° 09
RUBRICA 9

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 39.802.327/0001-12 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/02/1994	
NOME EMPRESARIAL COLATINA GAS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ANGELO MOROZINI	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 10 QUADRA01	
CEP 29.706-400	BAIRRO/DISTRITO SANTOS DUMONT	MUNICÍPIO COLATINA	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO COLATINAGAS@BOL.COM.BR	TELEFONE (27) 3721-2691		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/02/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/02/2023 às 12:00:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PROC N° 59
FOLHA N° 10
RUBRICA 9

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COLATINA GAS LTDA
CNPJ: 39.802.327/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:19:22 do dia 06/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/08/2023.

Código de controle da certidão: **8AD7.EE5B.96A9.797E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PROC N° 59
FOLHA N° 11
RUBRICA 6

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20230000139154

Identificação do Requerente: CNPJ N° 39.802.327/0001-12

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **06/02/2023**, válida até **07/05/2023**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 06/02/2023.

Autenticação eletrônica: **0003.F738.33E0.A89A**





PROC N° 59
FOLHA N° 12
RUBRICA 61

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

Secretaria Municipal da Fazenda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO 2023/0002864

CERTIFICO: Para os devidos fins que:
COLATINA GAS LTDA

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 39.802.327/0001-12
AVENIDA ANGELO MOROZINI, Nº SN , SANTOS DUMONT COLATINA - ES, CEP 29706-400

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários ou não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Colatina.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito do Município de Colatina.

Chave de validação da certidão: 20230002864

Validade 90 dias

Emitida Segunda-Feira, 06 de Fevereiro de 2023

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)PROC N° 59
FOLHA N° 13
RUBRICA 91**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 39.802.327/0001-12
Razão Social: COLATINA GAS LTDA
Endereço: AV SILVIO AVIDOS 2923 / SAO SILVANO / COLATINA / ES / 29706-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/02/2023 a 03/03/2023

Certificação Número: 2023020201050090410706

Informação obtida em 06/02/2023 12:02:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PROC N° 59
FOLHA N° 14
RUBRICA *gl*

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COLATINA GAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 39.802.327/0001-12

Certidão n°: 5293095/2023

Expedição: 06/02/2023, às 12:01:25

Validade: 05/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COLATINA GAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **39.802.327/0001-12**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PROC N° 59
FOLHA N° 15
RUBRICA 6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
NATUREZA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (FALÊNCIA E
CONCORDATA)**

Dados da Certidão

Razão Social: COLATINA GAS LTDA

CNPJ: 39.802.327/0001-12

Data de Expedição: 07/02/2023 08:04:19

N° da Certidão: * 2021425235 *

Validade: 30 DIAS

-- ENDEREÇO --

Município: COLATINA

Logradouro: AV ANGELO MOROZINI

Complemento: LOTE 10 QUADRA 01

-- CONTATO --

Bairro: SANTOS DUMONT

Número: S/N

CEP: 29.706-400

Email: COLATINAGAS@BOL.COM.BR

Telefone Fixo: (37) 3721-2691

Telefone Celular: - NÃO INFORMADO -

CERTIFICA que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 467 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - www.tjes.jus.br -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item e);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
- As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- A base de dados do sistema de gerenciamento processual (1ª INSTÂNCIA: eJUD, SIEP, PROJUDI, PJe-1G; 2ª INSTÂNCIA: Sistema de Segunda Instância, PJe-2G) contém o registro de todos os processos distribuídos no Judiciário do Estado do Espírito Santo, com exceção do SEEU;
- A certidão negativa referente ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU deverá ser requerida ao Cartório do Ofício de Distribuidor da Comarca, conforme Ato Normativo Conjunto nº. 009/2021.

COLATINA GAS LTDA
CNPJ: 39.802.327/0001-12

PROC N° 59
FOLHA N° 16
RUBRICA 91

DECLARAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA


REF.: Dispensa de Licitação.

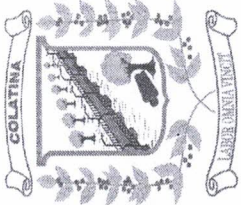
COLATINA GAS LTDA, inscrito no CNPJ nº 39.802.327/0001-12, por intermédio de seu representante legal a Sr. Maria Leia Costa Sylvestre, portadora da carteira de Identidade nº 705386 SPTC ES e do CPF Nº 778.823.267-04, **DECLARA**, para Fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: empregar menor. A partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (x).



Colatina, 06 de Fevereiro de 2023


MARIA LEIA DA COSTA SYLVESTRE
(SÓCIO-GERENTE)



CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA
Governodo Estado do ESPIRITO SANTO

LEGENDA					
1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar	4º Lugar	5º Lugar	

06/02/2023 17:27:21

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000001/2023 - 27/01/2023 - Processo Nº 000059/2023 - MENOR PREÇO POR ITEM

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	COLATINA GAS LTDA		COLATINA GÁS E ÁGUA LTDA		JONATHAN SOARES BOLZANI EIRELI-ME		Total	
						Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
00001		00002353	GALAO AGUA MINERAL 20 LITROS galao de agua mineral 20 litros	UN	350,000	9,990	3.496,50	10,000	3.500,00	12,000	4.200,00		
00002		00002524	BOTIJA DE GAS gás residencial comum p13 (glp), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.	UN	7,000	99,000	693,00	103,000	721,00	110,000	770,00		
						4.189,50		4.221,00		4.970,00			
						Valor Total OBTIDO							
						4.189,50		Valor Total VENCIDO					

PROC Nº 59
FOLHA Nº 17
RUBRICA 62



CAMARA MUNICIPAL DE COLATINA
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

PROC N° 59
FOLHA N° 18
RUBRICA [assinatura]

VENCEDORES DE PREÇOS SIMPLES

07/02/2023 12:39:48

Dispensa N° 000001/2023 - 06/02/2023 - Processo N° 000059/2023

Vencedor	COLATINA GAS LTDA
CNPJ	39.802.327/0001-12
Endereço	AVENIDA ANGELO MOROZINI, S/N - SANTOS DUMONT - COLATINA - ES - CEP: 29706400
Contato	2737212691 colatinagas@bol.com.br

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00002353	GALAO AGUA MINERAL 20 LITROS galao de agua mineral 20 litros	UN	350,00	9,99	3.496,50
00002		00002524	BOTIJA DE GAS gás residencial comum p13 (glp), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.	UN	7,00	99,00	693,00

Total do Fornecedor: 4.189,50

Total Geral: 4.189,50



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

Colatina, 07 de fevereiro de 2023.

Ref. Processo nº 059/2023


PROC Nº 59
FOLHA Nº 19
RUBRICA 91

Ao Setor de Contabilidade:

Encaminho o presente processo, solicitando a Vossa Senhoria informar se há previsão orçamentária para o exercício de 2023, fazendo frente as despesas oriundas dos presentes autos.

Logo após, havendo dotação orçamentária, o mesmo deverá ser remetido à Procuradoria Jurídica para parecer acerca da possibilidade de contratação direta e também análise e parecer quanto à minuta do contrato.

E posteriormente o mesmo deverá retornar a este setor para que sejam tomadas as providências cabíveis.


GRAZIELA DE ALMEIDA VAGO
Setor de Compras, Licitações e Contratos



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 20
RUBRICA gr

Colatina, 07 de fevereiro de 2023

Conforme solicitação do chefe do setor de licitação e contratos sobre “ a contratação de empresa especializada para aquisição de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral de 20L e 7 (sete) botijão de gás GLP em vasilhame de 13KG para Câmara Municipal de Colatina no valor de R\$ 4.189,50 (Quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) ” informamos que o saldo da dotação **31.90.30.0000 – Material de Consumo** para o exercício de 2023 até a presente data é de **R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)** conforme Orçamento aprovado através da Lei nº 7.033 de 15/12/2022.

Unidade orçamentária – 001001

Função – 01

Órgão - 001

Subfunção – 031

Programa – 0029

Projeto Atividade - 2001

Elemento da despesa –33.90.30.00000 – Material de Consumo

Sem mais

Maria Margareth Bergamaschi
CRC - ES 014072/0-1


Descrição	Ficha	Autorização		Empenhado		Saldo da Dotação	Liquidação		Empenhado a Liquidar	Pago		Liquidação a Pagar	Empenhado a Pagar
		Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período		No Período	Até o Período		No Período	Até o Período		
001 - CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA													
001 - CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA													
001001.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL													
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	0000001	5.400.000,00	5.400.000,00		315.144,92	5.084.855,08		315.144,92			61.029,94	254.114,98	254.114,98
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0000002	1.134.000,00	1.134.000,00			1.134.000,00							
31909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	0000003	44.000,00	44.000,00			44.000,00							
31909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0000004	1.100,00	1.100,00			1.100,00							
31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESSTITUIÇÕES TRABALHIS	0000005	100,00	100,00			100,00							
33901400000 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0000006	100,00	100,00			100,00							
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0000007	100.000,00	100.000,00			100.000,00							
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0000008	100,00	100,00			100,00							
33903500000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0000009	100,00	100,00			100,00							
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	0000010	100,00	100,00			100,00							
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA J	0000011	2.704.644,00	3.204.644,00		216.790,12	2.987.853,88		130.307,95	86.482,17		129.317,95	990,00	87.472,17
35904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0000012	335.000,00	335.000,00		110.717,95	224.282,05		928,76	109.789,19		302,23	626,53	110.415,72
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0000013	500,00	500,00		239,60	260,40		239,60			239,60		
44901510000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0000014	400.000,00	50.000,00			50.000,00							
44903500000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000022	150.000,00	150.000,00			150.000,00							
TOTAL PROJETO/ATIVIDADE		10.269.744,00	10.419.744,00			9.776.851,41		446.621,23	196.271,36		190.889,72	255.731,51	452.002,87
001001.0103100012.002 - MANUTENÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO DO LEGISLATIVO													
31904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0000018	150.000,00	350.000,00			89.640,26		30.533,10	229.826,64		458,00	30.075,10	259.901,74
TOTAL PROJETO/ATIVIDADE		150.000,00	350.000,00			89.640,26		30.533,10	229.826,64		458,00	30.075,10	259.901,74
001001.0103100012.003 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL													
33901400000 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0000015	85.000,00	10.000,00			10.000,00							
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0000016	65.000,00	10.000,00			10.000,00							
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA J	0000017	30.000,00	20.000,00			20.000,00							
TOTAL PROJETO/ATIVIDADE		180.000,00	40.000,00			40.000,00							
001001.2884600020.001 - BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS A INATIVOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL													
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	0000019	1.400.000,00	1.190.000,00			1.098.326,75		91.673,25			32.293,71	59.379,54	59.379,54
TOTAL PROJETO/ATIVIDADE		1.400.000,00	1.190.000,00			1.098.326,75		91.673,25			32.293,71	59.379,54	59.379,54
001001.2884600020.002 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS E PRECATÓRIOS JUDICIAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL													
31909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	0000020	100,00	100,00			100,00							
TOTAL PROJETO/ATIVIDADE		100,00	100,00			100,00							
001001.2884600020.003 - BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS A PENSIONISTAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL													
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	0000021	450.000,00	450.000,00			422.298,63		27.701,37			2.421,57	25.279,80	25.279,80
TOTAL PROJETO/ATIVIDADE		450.000,00	450.000,00			422.298,63		27.701,37			2.421,57	25.279,80	25.279,80
TOTAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:		12.449.844,00	12.449.844,00			11.427.217,05		596.528,95	426.098,00		226.063,00	370.465,95	796.563,95
TOTAL ÓRGÃO:		12.449.844,00	12.449.844,00			11.427.217,05		596.528,95	426.098,00		226.063,00	370.465,95	796.563,95




MUNICÍPIO DE COLATINA
CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA - NOVA
ESPIRITO SANTO
27.314.251/0001-05
BALANCETE ANALÍTICO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
FEVEREIRO DE 2023

PROC Nº 59
FOLHA Nº 222
RUBRICA 6

Descrição	Ficha	Autorização		Empenhado		Saldo da Dotação	Liquidação		Empenhado a Liquidar	Pago			Empenhado a Pagar	Empenhado a Pagar
		Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período		No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	Liquidado a Pagar		
		12.449.844,00	12.449.844,00		1.022.626,95	11.427.217,05		596.528,95	426.098,00		226.063,00	370.465,95		796.563,95
TOTAL GERAL:														


FELIPE COUTINHO MARTINS
PRESIDENTE


MARIA MARGARETH BERGAMASCHI
CONTADOR
CRC - ES 014072/O-1



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

CONTRATO Nº /2023

PROC Nº 59
FOLHA Nº 23
RUBRICA

CONTRATO FIRMADO ENTRE A CÂMARA
MUNICIPAL DE COLATINA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, órgão público municipal com personalidade judiciária, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.314.251/0001-05, com sede na Rua Professor Arnaldo de Vasconcelos Costa, nº. 32, Centro, Colatina-ES, neste ato representado por seu Presidente, **Vereador Felipe Coutinho Martins**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 1970.030 e do CPF nº. 111.793.937-59, residente e domiciliado na Rua Franco Zefirelli, nº150, bairro Vila Verde - Colatina/ES, CEP. 29.705-874, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, nº. XXX, Bairro XXXXX, cidade de XXXXXX, CEP.: XXXXXX, inscrito no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, residente e domiciliada XXXXXXXX, portadora da Carteira de Identidade Nº XXXXX e CPF Nº XXXXXXXX - doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem na forma da proposta apresentada firmar o presente contrato decorrente do Processo Administrativo Nº XXXX/2023 e Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação nº XXXX/2023, que reger-se-á na forma das seguintes Cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecer 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral natural (20 litros), e 07(sete) botijas de gás P13, **com entrega parcelada**, para atender a CONTRATANTE, no exercício financeiro de 2023, conforme especificações contidas no **ANEXO I** deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1 – O fornecimento dos serviços se fará diretamente nas dependências da CONTRATADA, mediante requisição de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	350	GL	Água mineral natural, acondicionada em garrafão de 20 litros	R\$ xxx	R\$ xxxx
02	07	Botija	Gás P13	R\$ xxx	R\$ xxxx
VALOR TOTAL					R\$ xxxxxxxx

3.1. Nos preços já estão incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento, inclusive os impostos.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC Nº 59
FOLHA Nº 24
RUBRICA [assinatura]

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento dar-se-á até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, com a apresentação da Nota Fiscal pela Contratada, acompanhada pelas certidões negativas municipal, estadual e federal; e FGTS;

4.2 – O pagamento será efetuado mensalmente em cheque nominal à CONTRATADA no prazo do vencimento acima descrito, ficando desobrigado a CONTRATANTE do referido prazo se a contratada não apresentar as referidas notas fiscais em tempo hábil para o referido pagamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento da Câmara Municipal de Colatina, para o exercício de 2023 - **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 001001.0103100012.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.00000 – MATERIAL DE CONSUMO.**

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente contrato vigorará a partir da data da assinatura da autorização de fornecimento até 31 de dezembro de 2023.

6.2 – O prazo de início da entrega dos itens será a partir da assinatura da autorização de fornecimento, em remessa parcelada, na sede deste Poder Legislativo Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA CONTRATADA.

7.1 – Cópia da cédula de identidade e CPF;

7.2 - Contrato social vigente devidamente registrado;

7.3 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.5 – Certidões negativas com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

7.6 – Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

8.1.1 – Solicitar, pelo telefone, quando necessário, a água e o gás.

8.1.2- Alocar recursos orçamentários e financeiros necessários à aquisição dos serviços pagando a CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste contrato;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 25
RUBRICA CP

8.1.3 - Designar um servidor responsável para acompanhamento e fiscalização do objeto contratado;

8.1.4 - Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação do serviço, objeto deste contrato;

8.2 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.2.1 - Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas na habilitação, quais sejam: em dia com os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, de acidente de trabalho, fiscais e dos tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre a execução do CONTRATO;

8.2.2 - Prestar os serviços nas condições e preços contratados e imediatamente quando requisitado pela CONTRATANTE;

8.2.3 - Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, Notas Fiscais apontadas pela Câmara Municipal de Colatina quanto à execução dos serviços.

9. CLÁUSULA NONA - DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos em Lei, através de termos aditivos e por meio de apostilamento, conforme o caso, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A inexecução do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para a rescisão:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- c) A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) A sub-contratação total ou parcial dos objetos, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução;
- f) A decretação de falência;
- g) A dissolução da sociedade;
- h) A alteração social ou modificação da finalidade da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que se refere este contrato;
- j) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheque sem suficiente provisão, que caracterizam estado de insolvência da CONTRATADA;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias de pagamento devidos pela administração decorrentes dos bens já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC Nº 59
FOLHA Nº 26
RUBRICA 97

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido pelas ocorrências das demais situações previstas na Lei nº. 8.666, de 21-06-1993.

10.4 - A decisão da Autoridade Administrativa deverá ser precedida de justificativa fundamentada, bem como a notificação da CONTRATADA, oferecendo prazo compatível para regularização e reparação da irregularidade se for o caso;

10.5 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "I" do item 10.2 do presente;

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- b) Judicial.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Durante a execução do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), no caso de descumprimento do contrato;
- c) Suspensão para contratar com a administração;
- d) Declaração de idoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal;
- e) Rescisão contratual.

11.2 - Antes de aplicar qualquer das penalidades a CONTRATADA será notificada, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

11.3 - A multa prevista na alínea "b", item 11.1 será incidente sobre o valor integral da fatura mensal apresentada, sem prejuízos das demais penalidades previstas neste contrato.

11.4 - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratada, as pessoas empresariais que em razão da Lei 8.666/93:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar o presente contrato;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Colatina-ES, para dirimir as questões relativamente ao presente contrato que não possam ser resolvidas por meios administrativos.

12.2 - E por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes na presença das testemunhas abaixo assinadas.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 27
RUBRICA [assinatura]

Colatina- ES, xx de xxxxx de 2023.

FELIPPE COUTINHO MARTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

5



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 28
RUBRICA [assinatura]

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de Água Mineral, garrações de 20 litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **a serem utilizados de forma parcelada**, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

Justifico da necessidade da aquisição dos itens descritos, visto que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. A Contratada deverá fornecer:

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO
01	350	Galões	Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro.
02	07	Botijas	Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.

3.2. Os garrações deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;

III – apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, ano de envasamento e do prazo de validade;

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.3. Os botijões deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ou outros tipos de deformações;

III – apresentar rótulo padrão do gás que deverá conter as informações sobre a empresa fonte, ano de envasamento e do prazo de validade;

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 29
RUBRICA [assinatura]

3.4. A entrega dos itens será parcelada, ao longo do ano de 2023, conforme houver a necessidade. As entregas deverão ser feitas no prazo de até 4 (quatro) horas, após solicitação feita via telefone. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento.

3.5. Os pedidos de água e gás poderão começar a ser feitos a partir da autorização de fornecimento e deverão ser entregues na sede do Poder Legislativo Municipal.

3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será a partir da assinatura da autorização de fornecimento até 31 de dezembro de 2023.

5. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão do contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas por servidores da Câmara Municipal de Colatina, que serão designados por Ato Administrativo Interno.

6. PAGAMENTO

6.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será recebido e atestado pelo Fiscal do Contrato designado para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta contratação.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem emendas ou rasuras, atestadas por servidor responsável, acompanhada das certidões de débitos municipal, estadual e federal, além da junto ao FGTS.

6.3. No preço ofertado na proposta da contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxa de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.



ROC Nº 59
FOLHA Nº 30
RUBRIC

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

PARECER JURÍDICO

Processo nº. 059/2023

Da: Procuradoria Jurídica

Ao: Diretor Geral da Câmara Municipal de Colatina/ES

Assunto: Análise da Minuta do Contrato e análise da viabilidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina no exercício de 2023, conforme Termo de Referência. Contratação Direta. Legalidade.

1. DO RELATÓRIO

1.1. DOS FATOS

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico do Diretor Geral da Câmara Municipal de Colatina – ES, Sr. **MARCELO CARVALHO PRETTI**, de análise da minuta do contrato e análise da viabilidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina no exercício financeiro de 2023, conforme Termo de Referência, no valor total de **R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**.

Rua Prof. Arnaldo de Vasconcelos Costa, Nº 32 – Centro – Colatina/ES – CEP: 29.700-220.
Telefax: (027) 3722-3444 website: www.camaracolatina.es.gov.br



PROC Nº 59
FOLHA Nº 31
RUBRICA gn

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA JURÍDICA

Esta Procuradoria Jurídica possui inúmeras atribuições legais, conforme se observa na Lei Municipal nº 5.752, de 05 de agosto de 2011 que dispõe sobre a reestruturação do plano de carreiras, cargos e salários do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Colatina.

A Lei Municipal nº 6.044, de 11 de dezembro de 2013 ao dispor sobre alterações na Lei Municipal nº 5.752, deu nova redação à **Unidade Jurídica** atribuindo ao Procurador Jurídico dentre outras funções, a de opinar previamente sobre contratos em que seja parte a Câmara Municipal de Colatina, e ainda sobre as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, senão vejamos a redação legal:

IV - UNIDADE JURÍDICA

I - PROCURADOR JURÍDICO

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS

- Estabelecer uniformidade de interpretação das leis e das questões jurídicas;
- Examinar e opinar previamente sobre minutas dos editais de licitação, de concursos para provimento de cargos, dos contratos, acordos, convênios, ajustes e quaisquer atos obrigacionais, inclusive aditamentos em que for parte a Câmara Municipal de Colatina;
- manifestar-se sobre a caracterização de hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação; (grifei)

O art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determina expressamente em seu texto:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:



PROC Nº 59
FOLHA Nº 32
RUBRICA [assinatura]

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifei)

Dessa forma, a Procuradoria possui a atribuição legal de opinar previamente, por meio de "Parecer Jurídico" sobre contratos em que seja parte esta Casa de Leis, bem como em relação às hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

1.3. DOS LIMITES DA PROCURADORIA JURÍDICA NA ANÁLISE DA MATÉRIA

O presente parecer jurídico tem por finalidade auxiliar o gestor público no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ele envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

A função do procurador jurídico, portanto, é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade administrativa, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante destacar que o exame do presente processo administrativo de licitação se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parto da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração Pública, observando as condições e os requisitos legalmente exigidos.

Por isso, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo administrativo, inclusive quanto à efetiva realização do serviço bem como à veracidade das informações apresentadas, tenham sido regularmente determinadas/obtidas pelo (s) Setor (es) competente da Câmara Municipal de Colatina/ES, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.



PROC Nº 59
FOLHA Nº 33
RUBRICA [assinatura]

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

Em relação ao prazo para a Procuradoria emitir o parecer jurídico em procedimentos administrativos, destaque-se que o **art. 10 da Instrução Normativa Sistema Jurídico – SJU nº 001/2018** aprovada em 01/08/2018 por meio da Portaria nº 061/2018 prescreveu o prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período caso necessário, *in verbis*:

Art. 10 No âmbito administrativo, o prazo para a Procuradoria Jurídica de manifestar em procedimentos administrativos é de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período caso necessário.

Finalmente, deve-se frisar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança do próprio gestor público a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Recebi para emissão de Parecer Jurídico na data de **07 de fevereiro de 2023**.

É o **Relatório** necessário. Passo a análise do caso com os fundamentos de fato e de direito bem como a devida conclusão.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Verifica-se, nos autos do procedimento administrativo, a solicitação de dispensa de licitação do Diretor Geral da Câmara Municipal de Colatina/ES, Sr. **MARCELO CARVALHO PRETTI**. Existe autorização do Presidente da Câmara Municipal para abertura do procedimento de justificação de dispensa de licitação. Há dotação orçamentária suficiente para a realização da referida despesa, conforme informou o Setor responsável.

Presentes também os orçamentos detalhados em relação aos objetos a serem adquiridos, conforme Quadro Comparativo de Preços Simples.

2.1. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Como cediço, a licitação é regra que deve ser observada pela Administração Pública, à luz do que dispõe o art. 37, XXI, da CF/88, sendo excepcionais os casos de sua não a realização, conforme autoriza a legislação. Em outras palavras, a não realização de licitação



PROC Nº 59
FOLHA Nº 34
RUBRICA 91

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

somente pode ser feita nas hipóteses expressamente previstas em lei. A respeito do tema dispõe o art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nas palavras do professor **Rafael Carvalho Rezende Oliveira** (*Licitações e contratos administrativos – 9ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020, pág. 103*) sobre os casos de dispensa de licitação:

“As hipóteses de dispensa de licitação estão consagradas no art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para se atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

É importante notar que as hipóteses de dispensa de licitação representam exceções à regra constitucional da licitação, permitidas pelo art. 37, XXI, da CRFB (“ressalvados os casos especificados na legislação”). O legislador autoriza o administrador a dispensar, por razões de conveniência e oportunidade, a licitação e proceder à contratação direta.” (grifei)

O **Tribunal de Contas da União (TCU)** possui diversos julgados que tratam das hipóteses de licitação dispensável previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, vejamos:

Consulte, nas contratações em que seja aplicável a hipótese de dispensa de licitação, o maior número de possível de propostas de potenciais interessados, de modo a aperfeiçoar parâmetros de comparação quanto à escolha do fornecedor, do objeto a ser executado e à razoabilidade dos preços cotados. (**Acórdão 21/2006 Segunda Câmara**)



PROC Nº 59
FOLHA Nº 35
RUBRICA QA

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

Proceda de forma correta as dispensas de licitações, cumprindo as exigências dos normativos que regem seu procedimento, descrevendo de forma clara o seu objeto, em especial o disposto nos arts. 17, 24, 25 e 26 da Lei 8.666/1993. **Acórdão 97/2010 Segunda Câmara (Relação)**

Promova licitação para aquisição de bens ou prestação de serviços, evitando o uso indiscriminado da dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, o que caracteriza fuga ao procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XX I, da Constituição Federal c/c art. 2º da Lei nº 8.666/1993. **(Acórdão 2387/2007 Plenário)**

Realize planejamento de compras a fim de que possam ser feitas aquisições de produtos de mesma natureza de uma só vez, pela modalidade de licitação compatível com a estimativa da totalidade do valor a ser adquirido, abstendo-se de utilizar, nesses casos, o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 para justificar a dispensa de licitação, por se caracterizar fracionamento de despesa. **Acórdão 367/2010 Segunda Câmara (Relação)**

Portanto, enquadrando-se os objetos nas condições impostas pela alínea II do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é possível a contratação direta por dispensa de licitação. A pequena relevância econômica da contratação não justifica gasto de tempo e de recursos públicos com uma licitação “comum”.

De qualquer modo, a contratação direta deverá sempre respeitar o procedimento especial previsto na própria lei de licitações, em seu artigo 26.

2.2. DAS CERTIDÕES E DOCUMENTOS LEGALMENTE EXIGIDOS

Observa-se, a presença, nos autos deste procedimento administrativo, das **certidões e documentos** exigidos pela legislação pátria que rege o processo de licitações e contratos (Lei nº 8.666/93), em atenção aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da boa fé, e outros que norteiam e informam o tema das licitações.

Presente ainda a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, na forma dos arts. 27, IV e V, e 29 da Lei 8.666/1993. Em relação à CNDT, importante registrar a doutrina de **Ricardo Alexandre e João de Deus** (*Direito administrativo – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017, pág. 298*) que com propriedade leciona sobre o tema:



PROC Nº 59
FOLHA Nº 36
RUBRICA CA

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

"A comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho pode ser feita tanto por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT, prevista no art. 642-A da CLT) quanto pela apresentação da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa (prevista no art. 642-A, § 2º, da CLT). Neste último caso, existem débitos (por isso a certidão é positiva), mas eles estão com a exigibilidade suspensa ou garantidos por penhora suficiente, não fazendo sentido estabelecer restrições ao interessado (daí a certidão possuir "os mesmos efeitos" de uma certidão negativa)." (grifei)

Ainda sobre a exigência legal de apresentação da CNDT, com o brilhantismo de sempre, ensina o jurista **José dos Santos Carvalho Filho** (*Manual de direito administrativo – 34. ed.* – São Paulo: Atlas, 2020, págs. 511/512):

"Outro requisito a ser cumprido pelo licitante reside na comprovação de inexistência de débitos não solvidos perante a Justiça do Trabalho. Para tanto, deve apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo mesmo ramo do Judiciário. É válido também apresentar Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, quando o débito estiver garantido por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, caso em que terá os mesmos efeitos da primeira (art. 29, V, Estatuto). O escopo desse requisito, de caráter protetivo, é o de alijar dos certames públicos a sociedade que, indevidamente, descumpriu suas obrigações trabalhistas e causou gravame a seus empregados. Sem as certidões, a presunção é a de inidoneidade do participante." (grifei)

Verifica-se também a existência da **declaração da empresa de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos.**

A comprovação do cumprimento desta exigência, na prática, é feita mediante a apresentação de simples declaração pelo licitante no sentido de que a pessoa observa o comando constitucional nos termos do **art. 1.º do Decreto 4.358/2002**, que regulamenta o **art. 27, V, da Lei de Licitações**.

Vejamos a redação dos **arts. 27 e 29 da Lei nº 8.666/93** que estabelecem a exigência de apresentação de documentos aos interessados em contratar com a Administração Pública, *verbatim*:



PROC Nº 59
FOLHA Nº 37
RUBRICA 198

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

Por sua vez a redação contida no **Decreto nº 4.358**, de 5 de setembro de 2002, que regulamentou a Lei nº 9.854/1999 determina, *verbo ad verbum*:

DECRETO Nº 4.358, DE 5 DE SETEMBRO DE 2002.

Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O cumprimento da exigência de que trata o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dar-se-á por intermédio de declaração firmada pelo licitante nos termos dos modelos anexos a este Decreto.

Art. 2º Os Ministérios do Trabalho e Emprego e do Planejamento, Orçamento e Gestão adotarão procedimentos necessários para disponibilizar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal



PROC Nº 59
FOLHA Nº 38
RUBRICA GR

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

informações relativas às autuações efetuadas em função do uso de mão-de-obra infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

2.3. DO CONCEITO DA EXPRESSÃO “CONTRATO ADMINISTRATIVO”

Contrato administrativo é o ajuste formal precedido de licitação ou de processo de contratação direta, destinado à criação, modificação ou extinção de direitos, celebrado pelo Estado (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), por intermédio de qualquer dos poderes, ou de entidades da administração indireta, no exercício da função administrativa, que objetiva a satisfação de uma necessidade pública ou de um interesse público, predominantemente submetido ao regime jurídico administrativo, em razão do qual se atribuem ao poder público certas prerrogativas públicas exorbitantes.

Para o prestigiado jurista brasileiro **Celso Antônio Bandeira de Mello** (*Curso de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, págs. 638/639) o contrato administrativo pode ser definido como sendo:

"um tipo de avença travada entre a Administração Pública e terceiros, na qual, por força de lei, de cláusulas pactuadas ou do tipo de objeto, a permanência do vínculo e as condições preestabelecidas assujeitam-se a cambiáveis imposições de interesse público, ressalvados os interesses patrimoniais do contratante privado".

Nas palavras do professor **Rafael Carvalho Rezende Oliveira** (*Licitações e contratos administrativos – 9ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020, págs. 422/423*) sobre os contratos administrativos:

São os ajustes celebrados entre a Administração Pública e o particular, regidos predominantemente pelo direito público, para execução de atividades de interesse público. É natural, aqui, a presença das cláusulas exorbitantes (art. 58 da Lei 8.666/1993) que conferem superioridade à Administração em detrimento do particular. Independentemente de previsão contratual, as cláusulas exorbitantes serão observadas nos contratos administrativos, pois a sua aplicação decorre diretamente da Lei. As características básicas dos contratos administrativos são: (i) desequilíbrio contratual em favor da Administração, tendo em vista a presença das



PROC Nº 59
FOLHA Nº 39
RUBRICA 97

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

cláusulas exorbitantes ("verticalidade"); e (ii) regime predominantemente de direito público, aplicando-se, supletivamente, as normas de direito privado. Ex.: contratos de concessão de serviço público, de obras públicas, de concessão de uso de bem público, etc.

Assim, conceitua-se contrato administrativo como o ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular, regulado basicamente pelo regime de direito público, e tendo por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza interesse público.

2.4. DA MINUTA DO CONTRATO

Especificamente quanto à **Minuta do Contrato**, registre-se que ela não traz cláusulas restritivas da competição e contempla:

- a) Do Objeto (Cláusula Primeira).
- b) Do Fornecimento (Cláusula Segunda).
- c) Do Preço (Cláusula Terceira).
- d) Da Forma de Pagamento (Cláusula Quarta).
- e) Dos Recursos Orçamentários (Cláusula Quinta).
- f) Da Vigência (Cláusula Sexta).
- g) Documentos a serem apresentados pela Contratada (Cláusula Sétima).
- h) Das Obrigações das Partes (Cláusula Oitava).
- i) Dos Aditamentos (Cláusula Nona).
- j) Da Rescisão Contratual (Cláusula Décima).
- k) Das Penalidades (Cláusula Décima Primeira).
- l) Das Disposições Finais (Cláusula Décima Segunda).



PROC Nº 59
FOLHA Nº 40
RUBRICA Gr

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

Analisando o texto da Minuta do Contrato, sobre o ângulo jurídico-formal nota-se que o mesmo guarda relação com as exigências legais preconizadas para os instrumentos da espécie, em especial a Lei nº 8.666/93. Não existem na Minuta do Contrato cláusulas ilegais, irregulares ou abusivas que maculem o referido pacto. Observa-se ainda que a fase interna foi devidamente cumprida, estando a Minuta do Contrato em conformidade com as exigências da legislação pertinente; razão pela qual é juridicamente viável prosseguir à fase seguinte.

Em atendimento à sua solicitação, informo ser **juridicamente possível** a dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina no exercício financeiro de 2023, conforme Termo de Referência, no valor total de **R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**, sendo que na hipótese de dispensa de licitação o valor máximo é de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Nesse ponto cumpre registrar que com o advento do **Decreto nº 9.412**, de 18 de junho de 2018, os estabelecidos limites do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 foram ampliados. Dessa forma para contratar sem licitação, o valor da compra ou do serviço deve ser de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Registre-se, finalmente, que o **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)** assentou em resposta à consulta formulada pelo Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra (IPS), que os novos valores para a realização de licitações, fixados por meio do Decreto Federal 9.412/2018, editado em junho de 2018, devem ser seguidos, imediatamente, por todos os entes federativos, como Estado e Municípios, conforme se verifica no **Parecer em Consulta 0009/2019** daquela Corte de Contas:

"1.2 Quanto ao mérito, para que seja respondida nos termos da Instrução Técnica de Consulta 07/2019-4, que conclui respondendo à consulta formulada nos seguintes termos:



PROC Nº 59
FOLHA Nº 41
RUBRICA 62

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Jurídica

1.2.1 O Decreto 9.412/2018 é imediatamente aplicável a todas as esferas federativas na Administração direta e indireta, sem necessidade de edição de decretos ou outros instrumentos normativos próprios; no entanto, é facultado ao estado e aos municípios fixar valores inferiores aos estabelecidos no Decreto 9.412/2018 por meio de lei (quesitos 1 e 2).

1.2.2 O Decreto 9.412/2018 repercute na dispensa de licitação (art. 24, I e II, Lei 8.666/93), cujos limites ficam elevados conforme os novos valores (quesito 3)”. (grifei) (Processos: 09813/2018-5, 00551/2019-4. Relator: Conselheiro Substituto João Luiz Cotta Lovatti. Data da Sessão: 11/04/2019)

3. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto acima:

a) Tendo em vista o valor estimado da contratação supra tratar-se de **hipótese de dispensa de licitação**, nos termos, do **art. 24, II**, da **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, e pelos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, **opino pela legalidade da contratação direta**. De qualquer modo, a contratação direta deverá sempre respeitar o procedimento especial previsto na própria lei de licitações, em seu art. 26.

b) Em relação à **Minuta do Contrato**, **opino pela aprovação da Minuta**. Envio o processo à origem para as providências decorrentes, ressaltando quanto à análise da obrigatoriedade da publicação do Contrato nos termos das Leis que rege a matéria.

É como me parece. Salvo melhor juízo. Submeto à consideração superior.

Colatina (ES), 07 de fevereiro de 2023.

BRUNO VELLO RAMOS
Procurador Jurídico
OAB/ES 21.092 – Matrícula nº 593

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D52E-1966-E6D2-4CBB> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D52E-1966-E6D2-4CBB



PROC N° 59
FOLHA N° 42
RUBRICA [assinatura]

Hash do Documento

2A436FF0BBBC92E61DA9CDDDB764DB8371ABEDB07F73639DE18B99D3C6596BBC6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/02/2023 é(são) :

☒ Bruno Vello Ramos (Signatário) - 024.546.337-28 em 07/02/2023

14:47 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 43
RUBRICA [assinatura]


Colatina, 07 de fevereiro de 2023.

Ref. Processo nº 059/2023

Senhor Presidente;

Em conformidade com despacho do Setor de Contabilidade anexo nos autos, informando que existe dotação orçamentaria para a aquisição dos itens listados à inicial para este exercício de 2023 e parecer favorável da Procuradoria.

Encaminho o presente processo onde foi juntado o Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 001/2023, para assinatura de Vossa Excelência. Após retornar a este Setor para prosseguimento.


GRAZIELA DE ALMEIDA VAGO
Setor de Compras, Licitações e Contratos



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 44
RUBRICA [assinatura]

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

PROTOCOLO Nº. 059/2023

Assunto: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrafões de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023.

Reconheço a DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da Empresa COLATINA GÁS LTDA – CNPJ Nº. 39.802.327/0001-12, no valor de R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), tendo em vista que o valor total da aquisição está estimado dentro do limite de gasto para dispensa de licitação, na forma do art. 24, II c/c com o art. 23, II, “a”, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme constante do presente processo, orçamentos e parecer da Procuradoria Jurídica que opinou favorável pela contratação direta.

Colatina-ES, 08 de fevereiro de 2023.


FELIPPE COUTINHO MARTINS

Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de despesas

E-Mail: pregao@camaracolatina.es.gov.br

Tele fax: (27) 3722-3444

Caixa Postal 242 - Colatina/ES - CEP: 29.700-220


Comprovante de Envio de Publicação

Protocolo 1023826

O Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema IOES, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada..

Identificação do REMETENTE

Cliente CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
Publicador GRAZIELA ALMEIDA VAGO
Data/Hora Recebimento 08/02/2023 17:11:08

PROC N° 59
FOLHA N° 45
RUBRICA 

Identificação da MATÉRIA

Protocolo 1023826
Título Termo de ratificação de dispensa 001-2023
Categoria de publicação Dispensa de Licitação
Coluna(s) 1
Data de Publicação 10/02/2023
Situação APROVADA

Centimetragem (cm/col)	Valor Unitário (cm/col)	Valor Total
8.52	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Departamento de Imprensa Oficial

CNPJ: 28.161.362/0001—83
Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS TRADE TOWER, 4º andar
Praia do Canto - Vitória / ES
CEP 29.055-130

Publicações e Assinaturas

(27) 3636—6932 / (27) 3636—6933

(27) 3636—6934 / (27) 3636—6935

Fax: (27) 3636-6931

atendimento@dio.es.gov.br

Seg à Sex, de 08:00h às 18:00h

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
PROTOCOLO Nº. 059/2023

Assunto: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023. Reconheço a DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da Empresa COLATINA GÁS LTDA – CNPJ Nº. 39.802.327/0001-12, no valor de R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), tendo em vista que o valor total da aquisição está estimado dentro do limite de gasto para dispensa de licitação, na forma do art. 24, II c/c com o art. 23, II, “a”, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme constante do presente processo, orçamentos e parecer da Procuradoria Jurídica que opinou favorável pela contratação direta. Colatina-ES, 08 de fevereiro de 2023. FELIPPE COUTINHO MARTINS - Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de Despesas.

PROC Nº 59
FOLHA Nº 46
RUBRICA gpr

(27) 2124-6731, de 09h às 18h; ou pelo e-mail: segundacpl@viana.es.gov.br.

Viana/ES, 08 de fevereiro de 2023.

Daniela Moschen Ribeiro

Pregoeira

Protocolo 1024354

Câmaras

Colatina

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

PROTOCOLO Nº. 059/2023

Assunto: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023. Reconheço a DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da Empresa COLATINA GÁS LTDA - CNPJ Nº. 39.802.327/0001-12, no valor de R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), tendo em vista que o valor total da aquisição está estimado dentro do limite de gasto para dispensa de licitação, na forma do art. 24, II c/c com o art. 23, II, "a", da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme constante do presente processo, orçamentos e parecer da Procuradoria Jurídica que opinou favorável pela contratação direta. Colatina-ES, 08 de fevereiro de 2023. FELIPPE COUTINHO MARTINS - Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de Despesas.

Protocolo 1023826

Fundão

Inexigibilidade de Licitação

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2023
ID CidadES/TCE-ES: 2023.026L0200001.09.0010

Ato de Dispensa de Licitação nº 012/2023, com fulcro no artigo 25, II c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93, reconhece integralmente a Dispensa de Licitação relativa ao Processo nº 066/2023, para matrícula/ inscrição em benefício do servidor ANTÔNIO CARLOS PRIORI, no desempenho da função de Técnico em Contabilidade da Câmara Municipal de Fundão, para participação no curso "Prestações de Contas Anuais para envio ao TCEES, na forma preconizada na IN nº 68/2020 e as alterações ocorridas (Portaria Normativa nº 8, de 13.01.21, IN TC 73, de 05.05.21, e Portarias Normativas nº 88, de 30.11.21, e nº 70, de 14.10.22) quanto à composição e a forma de envio da PCA ao TCE/ES em 2023", nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2023, das 08h30 às 17h30, de forma presencial, em favor de FEST - FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ nº 02.980.103/0001-90, no valor de R\$

1.670,00 (mil seiscentos e setenta reais).

Fundão (ES), 09 de fevereiro de 2023.

ROBERTA BATISTIN DA CRUZ

Presidente da CPL

Portaria nº 08/2023

PROC Nº 59

FOLHA Nº 47

RUBRICA

RECONHEÇO E RATIFICO O PRESENTE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2023.

PAULO ROBERTO COLE

Presidente da Câmara

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS, 09 DE FEVEREIRO DE 2023.

ELIANA JANUÁRIO DE PAULA DA VITÓRIA

Membro da CPL

Protocolo 1025028

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Rio Bananal

Aviso de Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
nº: 000003/2023

Rio Bananal/ES, 09 de fevereiro de 2023

Processo: 000227/2023

PREGÃO PRESENCIAL nº: 000003/2023

A Secretária Municipal de Saúde e Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio Bananal, Estado do Espírito Santo, tendo em vista o que consta do Processo: 000227/2023 referente à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, especificada acima, destinada à Contratação de serviços de manutenção em computadores. tendo como critério de julgamento o MENOR VALOR POR LOTE, e em face ao julgamento disposto em ata pela Pregoeira e do Parecer Conclusivo da Procuradoria do Município, HOMOLOGA o resultado da presente licitação, nos termos abaixo:

Processo: 000227/2023 - Fundo Municipal de Saúde
Código de Identificação da Contratação CidadES
2023.059E0500001.01.0002

Empresa(s) Vencedora(s): CASAGRANDE E DE ANGELI LTDA ME no lote 1 no valor total de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil quatrocentos reais)

Josimara Marangonha Lameira

Secretária Municipal de Saúde e Gestora do FMSRB

Protocolo 1024326

www.amunes.es.gov.br



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

CONTRATO Nº 001/2023

PROC Nº 59
FOLHA Nº 48
RUBRICA [assinatura]

CONTRATO FIRMADO ENTRE A CÂMARA
MUNICIPAL DE COLATINA E A EMPRESA
COLATINA GÁS LTDA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA**, órgão público municipal com personalidade judiciária, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.314.251/0001-05, com sede na Rua Professor Arnaldo de Vasconcelos Costa, nº. 32, Centro, Colatina-ES, neste ato representado por seu Presidente, **Vereador Felipe Coutinho Martins**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 1970.030 e do CPF nº. 111.793.937-59, residente e domiciliado na Rua Franco Zefirelli, nº150, bairro Vila Verde - Colatina/ES, CEP. 29.705-874, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a **EMPRESA COLATINA GÁS LTDA**, com sede na Avenida Angelo Morozini, nº. s/n, Lote 10 Quadra 01, Bairro Santos Dumont, cidade de Colatina/ES, CEP.: 29706-400, inscrito no CNPJ sob o nº. 39.802.327/0001-12, neste ato representada pelo Senhor Edmilson Sylvestre, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº. 728703 – SPTC/ES e CPF nº. 765.273.527-00 doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem na forma da proposta apresentada firmar o presente contrato decorrente do Processo Administrativo nº 059/2023 e Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 001/2023, que reger-se-á na forma das seguintes Cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecer 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral natural (20 litros), e 07(sete) botijas de gás P13, **com entrega parcelada**, para atender a CONTRATANTE, no exercício financeiro de 2023, conforme especificações contidas no **ANEXO I** deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1 – O fornecimento dos serviços se fará diretamente nas dependências da CONTRATADA, mediante requisição de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Item	Qtd	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	350	GL	Água mineral natural, acondicionada em garrafão de 20 litros	R\$ 9,99	R\$ 3.496,50
02	07	Botija	Gás P13	R\$ 99,00	R\$ 693,00
VALOR TOTAL					R\$ 4.189,50



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 49
RUBRICA [assinatura]

3.1. Nos preços já estão incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento, inclusive os impostos.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento dar-se-á até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, com a apresentação da Nota Fiscal pela Contratada, acompanhada pelas certidões negativas municipal, estadual e federal; e FGTS;

4.2 – O pagamento será efetuado mensalmente em cheque nominal à CONTRATADA no prazo do vencimento acima descrito, ficando desobrigado a CONTRATANTE do referido prazo se a contratada não apresentar as referidas notas fiscais em tempo hábil para o referido pagamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento da Câmara Municipal de Colatina, para o exercício de 2023 - **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 001001.0103100012.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.00000 – MATERIAL DE CONSUMO.**

2

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente contrato vigorará de 10 de fevereiro até 31 de dezembro de 2023.

6.2 – O prazo de início da entrega dos itens será a partir da assinatura da autorização de fornecimento, em remessa parcelada, na sede deste Poder Legislativo Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA CONTRATADA.

7.1 – Cópia da cédula de identidade e CPF;

7.2 – Contrato social vigente devidamente registrado;

7.3 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.5 – Certidões negativas com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

7.6 – Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 50
RUBRICA [assinatura]

8.1.1 – Solicitar, pelo telefone, quando necessário, a água e o gás.
8.1.2- Alocar recursos orçamentários e financeiros necessários à aquisição dos serviços pagando a CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste contrato;

8.1.3 - Designar um servidor responsável para acompanhamento e fiscalização do objeto contratado;

8.1.4 - Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação do serviço, objeto deste contrato;

8.2 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.2.1 - Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas na habilitação, quais sejam: em dia com os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, de acidente de trabalho, fiscais e dos tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre a execução do CONTRATO;

8.2.2 - Prestar os serviços nas condições e preços contratados e imediatamente quando requisitado pela CONTRATANTE;

8.2.3 - Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, Notas Fiscais apontadas pela Câmara Municipal de Colatina quanto à execução dos serviços.

9. CLÁUSULA NONA - DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos em Lei, através de termos aditivos e por meio de apostilamento, conforme o caso, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A inexecução do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para a rescisão:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- c) A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) A sub-contratação total ou parcial dos objetos, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução;
- f) A decretação de falência;
- g) A dissolução da sociedade;
- h) A alteração social ou modificação da finalidade da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que se refere este contrato;
- j) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheque sem suficiente provisão, que caracterizam estado de insolvência da CONTRATADA;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 51
RUBRICA 67

- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias de pagamento devidos pela administração decorrentes dos bens já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido pelas ocorrências das demais situações previstas na Lei nº. 8.666, de 21-06-1993.

10.4 - A decisão da Autoridade Administrativa deverá ser precedida de justificativa fundamentada, bem como a notificação da CONTRATADA, oferecendo prazo compatível para regularização e reparação da irregularidade se for o caso;

10.5 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "l" do item 10.2 do presente;

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- b) Judicial.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Durante a execução do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), no caso de descumprimento do contrato;
- c) Suspensão para contratar com a administração;
- d) Declaração de idoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal;
- e) Rescisão contratual.

11.2 - Antes de aplicar qualquer das penalidades a CONTRATADA será notificada, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

11.3 - A multa prevista na alínea "b", item 11.1 será incidente sobre o valor integral da fatura mensal apresentada, sem prejuízos das demais penalidades previstas neste contrato.

11.4 - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratada, as pessoas empresariais que em razão da Lei 8.666/93:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar o presente contrato;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Colatina-ES, para dirimir as questões relativamente ao presente contrato que não possam ser resolvidas por meios administrativos.





Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 52
RUBRICA 92

12.2 - E por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Colatina- ES, 10 de fevereiro de 2023.



FELIPPE COUTINHO MARTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
CONTRATANTE


EDMILSON SYLVESTRE
COLATINA GÁS LTDA
CONTRATADA

5

TESTEMUNHAS:

1ª 
CPF:

2ª 
CPF:



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 53
RUBRICA 62

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de Água Mineral, garrações de 20 litros, e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **a serem utilizados de forma parcelada**, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

Justifico da necessidade da aquisição dos itens descritos, visto que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. A Contratada deverá fornecer:

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO
01	350	Galões	Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro.
02	07	Botijas	Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames.

3.2. Os garrações deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;

III – apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, ano de envasamento e do prazo de validade;

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.3. Os botijões deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ou outros tipos de deformações;

III – apresentar rótulo padrão do gás que deverá conter as informações sobre a empresa fonte, ano de envasamento e do prazo de validade;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC Nº 59
FOLHA Nº 34
RUBRICA 94

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.4. A entrega dos itens será parcelada, ao longo do ano de 2023, conforme houver a necessidade. As entregas deverão ser feitas no prazo de até 4 (quatro) horas, após solicitação feita via telefone. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento.

3.5. Os pedidos de água e gás poderão começar a ser feitos a partir da autorização de fornecimento e deverão ser entregues na sede do Poder Legislativo Municipal.

3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

7

4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será a partir da assinatura da autorização de fornecimento até 31 de dezembro de 2023.

5. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão do contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas por servidores da Câmara Municipal de Colatina, que serão designados por Ato Administrativo Interno.

6. PAGAMENTO

6.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será recebido e atestado pelo Fiscal do Contrato designado para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta contratação.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem emendas ou rasuras, atestadas por servidor responsável, acompanhada das certidões de débitos municipal, estadual e federal, além da junto ao FGTS.

6.3. No preço ofertado na proposta da contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxa de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

PROC N° 59
FOLHA N° 55
RUBRICA 9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
	NOME EDMILSON SYLVESTRE	
	DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 728703 SPTC ES	
	CPF 765.273.527-08	DATA NASCIMENTO 25/12/1964
	FILIAÇÃO ALFREDO SYLVESTRE MARIA FÁBIS SYLVESTRE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1995002790	PERMISSÃO 03468751740	ACD 06/01/2035
	CAT. HAB. 14/03/1983	
	F. HABILITAÇÃO 14/03/1983	
PROIBIDO PLASTIFICAR 1995002790	OBSERVAÇÕES CEPP EAR	
	ASSINATURA DO PORTADOR	
	LOCAL VITÓRIA, ES	DATA EMISSÃO 31/01/2020
	Diretor Geral - Detran ES 64514326791 89355146820	
ESPIRITO SANTO		

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC Nº 59
FOLHA Nº 56
RUBRICA 87

Página 1 de 9

**4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **EDMILSON SYLVESTRE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, residente na Av. Fioravante Rossi, nº. 4.795, Térreo, Bairro Honório Fraga, Colatina/ES, CEP nº. 29.704-423, natural de Colatina/ES, nascido em 25/12/1964, filho de Alfredo Sylvestre e Maria Fabris Sylvestre, portador da Carteira de Identidade nº. 728.703, emitida em 17/03/1983 pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº. 765.273.527-00 e **MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, residente na Av. Fioravante Rossi, nº. 4.795, Térreo, Bairro Honório Fraga, Colatina/ES, CEP nº. 29.704-423, natural de Colatina/ES, nascida em 07/05/1964, filha de Delmitice Silveira da Costa e Zélia Chiariello da Costa, portadora da Carteira de Identidade nº. 705.386, emitida em 29/07/1982 pela SSP/ES, inscrita no CPF sob o nº. 778.823.267-04, únicos sócios da sociedade limitada sob a denominação social de **COLATINA GÁS LTDA**, com sede na Av. Silvio Avidos, nº. 2.923, Bairro Santo Antonio, Colatina/ES, CEP nº. 29.704-053, com contrato social arquivado na JUCEES sob o nº. 32.2.0063077-2, por despacho de 17/02/1994, e última alteração sob o nº. 2009047897-5, por despacho de 30/06/2009, têm entre si justo e contratado formalizar a presente alteração social, para fins e nas formas das condições seguintes:

I – MUDANÇA DE ENDEREÇO: Neste ato, a Sociedade passa a ter sua Sede estabelecida na Av. Ângelo Morozini, s/nº., Lote 10 – Quadra 01, Bairro Santos Dumont, Colatina/ES, CEP nº. 29.706-400.

II – INCLUSÃO DE ATIVIDADE NO OBJETIVO SOCIAL: Neste ato, fica incluso no objetivo social da Sociedade as atividades correspondentes aos seguintes CNAEs:
4789-0/05: comércio varejista de produtos saneantes domissanitários – cloro; e,
4789-0/99: comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente – carvão.

III – ALTERAÇÃO DE OBJETIVO SOCIAL: Com a inclusão de atividades, a Sociedade passa a ter como objetivo social o comércio varejista de gás liquefeito-GLP; comércio varejista de peças e acessórios utilizados na manutenção de fogões e instalações de centrais de gás; comércio varejista de bebidas-água mineral e bebidas em geral; comércio varejista de produtos saneantes domissanitários-cloro e comércio varejista de outros produtos-carvão, exercendo as atividades correspondentes aos seguintes CNAEs:

4784-9/00 comércio varejista de gás liquefeito de petróleo-GLP;

4757-1/00: comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletrô-

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC N° 59

FOLHA N° 57

RUBRICA

Página 2 de 9

nicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação— fogões e instalações de centrais de gás;

4723-7/00: comércio varejista de bebidas – água mineral e bebidas em geral.

4789-0/05: comércio varejista de produtos saneantes domissanitários – cloro; e,

4789-0/99: comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente – carvão.

IV – Face as alterações ocorridas, resolvem os sócios consolidar o seu Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

COLATINA GÁS LTDA.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO

A Sociedade girará sob a denominação social de COLATINA GÁS LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE E FILIAIS

A Sociedade tem sua Sede estabelecida na Av. Ângelo Morozini, s/nº., Lote 10 – Quadra 01, Bairro Santos Dumont, Colatina/ES, CEP nº. 29.706-400, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes. As filiais girarão com o capital da matriz, bem como terão nesta contabilidade centralizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL

A Sociedade (Matriz e Filial) tem como objetivo o comércio varejista de gás liquefeito-GLP; comércio varejista de peças e acessórios utilizados na manutenção de fogões e instalações de centrais de gás; comércio varejista de bebidas-água mineral e bebidas em geral; comércio varejista de produtos saneantes domissanitários-cloro e comércio varejista de outros produtos-carvão, exercendo as atividades correspondentes aos seguintes CNAEs:

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC N° 59

FOLHA N° 58

RUBRICA 9/11

Página 3 de 9

- 4784-9/00 comércio varejista de gás liquefeito de petróleo-GLP;
4757-1/00: comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação – fogões e instalações de centrais de gás;
4723-7/00: comércio varejista de bebidas – água mineral e bebidas em geral.
4789-0/05: comércio varejista de produtos saneantes domissanitários – cloro; e,
4789-0/99: comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente – carvão.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL E QUOTAS SOCIAIS

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), dividido em 70.000 (setenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, na proporção e na forma abaixo:

Nome	Quotas	Capital integralizado (R\$)	Capital a integralizar (R\$)	%
EDMILSON SYLVESTRE	35.000	35.000,00	-	50,00
MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE	35.000	35.000,00	-	50,00
Total	70.000	70.000,00	-	100,00

Parágrafo Primeiro:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo:

As quotas são indivisíveis em relação a sociedade.

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC N° 59

FOLHA N° 59

RUBRICA

Página 4 de 9

Parágrafo Terceiro:

As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo com autorização escrita por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA - ADMINISTRAÇÃO

A administração e o uso da denominação social, competirá, ao sócio **EDMILSON SYLVESTRE** e **MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE**, que terão isoladamente amplos poderes para gerir e administrar a Sociedade, representá-la perante terceiros, bem como praticar todos os atos relacionados com o objeto da Sociedade, podendo abrir filiais, inclusive os atos que envolvem alienação de bens imóveis e fundos de comércio, fianças e avais, bem como nomear procurador ou procuradores com poderes especiais e prazos determinados para a prática dos atos referentes ao objeto da Sociedade, com exceção da Cláusula "ad-judícia" que terá prazo indeterminado.

Parágrafo Único:

Os administradores, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA - REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios que prestarem serviços à Sociedade poderão fazer jus a uma remuneração mensal, a título de "pro-labore", de forma individual, proporcional aos serviços prestados, que será fixada por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA OITAVA - CONSELHO FISCAL

A sociedade poderá instituir Conselho Fiscal a qualquer tempo, composto de três membros efetivos e suplentes, sócios ou não, vedada a participação de administradores, eleitos e destituídos pela reunião ou assembleia de sócios.

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC Nº 59

FOLHA Nº 60

RUBRICA

Página 5 de 9

CLÁUSULA NONA- REUNIÕES, ASSEMBLÉIAS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião quando o número de sócios for até 10 (dez) e em assembleia quando o número de sócios for superior a 10 (dez), nos termos dos artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Primeiro:

Além de outras matérias indicadas em Lei ou no Contrato Social, os sócios devem deliberar sobre: I – aprovar as contas dos administradores, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social; II – designar administradores em ato separado do presente contrato social; III – destituição de administradores; IV – fixar a remuneração dos administradores; V – modificação do contrato social; VI – incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação; VII – nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; VIII – pedido de concordata; IX – eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal; X – outros assuntos de interesse social.

Parágrafo Segundo:

As decisões dos sócios tomadas em reunião ou em assembleia, inseridas no parágrafo primeiro desta cláusula, deverão observar o quórum seguinte: I – nos incisos V e VI, pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social; II – nos incisos II, III, IV e VIII, pelos votos correspondentes a, no mínimo, a mais da metade do capital social; III – nos demais incisos, pela maioria dos votos dos presentes, salvo os casos previstos em Lei ou no contrato, se estes exigirem maioria mais elevada.

Parágrafo Terceiro:

A convocação dos sócios para reunião ou assembleia, serão feitas por carta, aviso, ou pela imprensa, com antecedência mínima de oito dias, a pedido dos administradores, de sócio e do conselho fiscal, se houver, sendo: I – a convocação poderá ser dispensada com a presença de todos os sócios à reunião ou assembleia, ou quando estes declararem por escrito que têm conhecimento do local, data, hora e ordem do dia; II – a reunião ou assembleia instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares detentores de três quartos do capital social e, em Segunda, com qualquer número; III – o sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados; IV – a reunião ou assembleia será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC N° 59

FOLHA N° 61

RUBRICA

Página 6 de 9

Parágrafo Quarto:

A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião ou assembleia que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei 10.406 de 10m de janeiro de 2002. I – entende-se por justa causa, a prática de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em reunião ou assembleia; II – ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião ou assembleia específica, nos termos do parágrafo 3º desta cláusula, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da reunião ou assembleia; III – deliberando a reunião ou assembleia pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão.

Parágrafo Quinto:

A reunião ou assembleia tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seja objeto delas.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando obrigatoriamente, será levantado o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e, demais demonstrações que se fizerem necessárias, que serão apreciadas em reunião ou assembleia de sócios, conforme estabelecido no Parágrafo Único da Clausula Sexta.

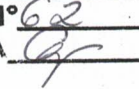
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

Os lucros ou prejuízos apurados, após serem feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que os cotistas indicarem.

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC N° 59
FOLHA N° 62
RUBRICA 

Página 7 de 9

Parágrafo Primeiro:

Havendo distribuição de lucros sob qualquer forma ou absorção de prejuízos, serão, na proporção da participação de cada sócio no capital social.

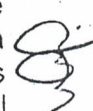
Parágrafo Segundo:

Havendo antecipação de lucros e quaisquer outras retiradas semelhantes, e ao final do exercício social estes não se realizaram, os sócios, se obrigam, a repor as quantias recebidas a estes títulos, no prazo máximo de dez dias contados do encerramento do exercício.


CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – CONTINUIDADE E HAVERES

Em caso de falecimento de sócio, este será representado na sociedade, para todos os efeitos legais, pelo inventariante até a partilha; nas hipóteses de ausência ou interdição, pelo seu representante habilitado.

Parágrafo Único:

Caso os herdeiros do sócio que falecer não continuarem na sociedade, por vontade própria ou por deliberação dos outros sócios, os haveres do "de cujus" que por ventura lhes couber serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado as cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento. 

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – CESSÃO DE QUOTAS E O DIREITO DE PREFERÊNCIA

As quotas da Sociedade não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento da Sociedade. 

Parágrafo Primeiro:

O sócio que desejar alienar suas quotas, deverá primeiramente oferecê-las aos demais sócios, por oferta de boa fé, contendo preço, termos e condições de pagamento, para que no prazo de 60 (sessenta) dias exercitem o direito de preferência à aquisição, os quais em

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC Nº 59

FOLHA Nº 63

RUBRICA

Página 8 de 9

igualdade de condições terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção das quotas de capital que possuírem.

Parágrafo Segundo:

Não exercitando o direito nesse prazo, ficará o sócio ofertante liberado para alienar a terceiros as quotas oferecidas, dentro de trinta dias subsequentes, nunca porém por preço inferior ou a condições mais vantajosas que as da oferta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos etc., relativos aos atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único:

A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é de exclusiva responsabilidade dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - OMISSÕES OU DÚVIDAS

A Sociedade rege-se por este contrato e pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e nas omissões ou dúvidas, como regência supletiva, pela Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 e demais disposições legais pertinentes.

COLATINA GÁS LTDA.

CNPJ: 39.802.327/0001-12

NIRE: 32.2.0063077-2

PROC N° 59

FOLHA N° 64

RUBRICA

Página 9 de 9

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Colatina, Estado do Espírito Santo, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas que possam surgir em decorrência do presente Contrato Social.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em uma única via.

Colatina/ES, 18 de fevereiro de 2020.

Edmilson Sylvestre

EDMILSON SYLVESTRE

Maria Léia da Costa Sylvestre

MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/10/2020 14:38 SOB N° 20200592564.
PROTOCOLO: 200592564 DE 29/09/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004683960. CNPJ DA SEDE: 39802327000112.
NIRE: 32200630772. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/10/2020.
COLATINA GÁS LTDA



PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Comprovante de Envio de Publicação

Protocolo 1027073

O Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema IOES, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada..

Identificação do REMETENTE

Cliente	CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
Publicador	GRAZIELA ALMEIDA VAGO
Data/Hora Recebimento	13/02/2023 16:50:30

PROC N° 59
FOLHA N° 65
RUBRICA 92

Identificação da MATÉRIA

Protocolo	1027073
Título	Resumo do contrato - publicar
Categoria de publicação	Dispensa de Licitação
Coluna(s)	1
Data de Publicação	14/02/2023
Situação	APROVADA

Centimetragem (cm/col)	Valor Unitário (cm/col)	Valor Total
9.26	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Departamento de Imprensa Oficial

CNPJ: 28.161.362/0001-83
Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS TRADE TOWER, 4º andar
Praia do Canto - Vitória / ES
CEP 29.055-130

Publicações e Assinaturas

(27) 3636-6932 / (27) 3636-6933

(27) 3636-6934 / (27) 3636-6935

Fax: (27) 3636-6931

atendimento@dio.es.gov.br

Seg à Sex, de 08:00h às 18:00h

RESUMO DO CONTRATO N°. 001/2023.

PROCESSO N°: 059/2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°: 001/2023.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina – CNPJ N°.: 27.314.251/0001-05.

CONTRATADA: Colatina Gás LTDA – CNPJ N°. 39.802.327/0001-12.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 10/02/2023 à 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 001001.0103100012.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.00000 – MATERIAL DE CONSUMO. Colatina-ES, 10 de fevereiro de 2023. FELIPPE COUTINHO MARTINS - Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de Despesas.

PROC N° 59
FOLHA N° 66
RUBRICA 98

Colatina**Dispensa de Licitação**

RESUMO DO CONTRATO Nº. 001/2023.
PROCESSO Nº.: 059/2023.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 001/2023.
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina - CNPJ Nº.: 27.314.251/0001-05.
CONTRATADA: Colatina Gás LTDA - CNPJ Nº. 39.802.327/0001-12.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023.
VALOR GLOBAL: R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 10/02/2023 à 31/12/2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA - 001001.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA - 33.90.30.00000 - MATERIAL DE CONSUMO. Colatina-ES, 10 de fevereiro de 2023. FELIPPE COUTINHO MARTINS - Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de Despesas.
Protocolo 1027073

Santa Teresa**Aviso de Licitação**

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento, fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais (reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens aéreas), na modalidade de remuneração fixa por taxa de transação (Transaction Fee), para atender os vereadores e servidores que estejam em atividades atinentes aos trabalhos desenvolvidos na Câmara Municipal de Santa Teresa-ES, conforme o especificado no Edital. A Câmara Municipal de Santa Teresa-ES (CMST) torna público aos licitantes e demais interessados que estará recebendo os envelopes com as propostas referentes ao objeto em epígrafe até o dia 16 / 03 / 2023 às 13:00 hrs.
Informa ainda, que cópia do Edital encontra-se à disposição no endereço www.camarasantateresa.es.gov.br (portal da transparência).
Informações adicionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (27) 3259-1474 / 3259-1803.

Santa Teresa-ES, 14 de Fevereiro de 2023.

Edgar Antonio Goroncio
Presidente da Comissão de Licitação da CMST
Protocolo 1026286

São Domingos do Norte**Resultado de Licitação**

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 01/2023
ID CidadES: 2023.064L0200001.01.0001

A Câmara Municipal de São Domingos do Norte - ES, torna público o resultado do referido Pregão Presencial:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de infraestrutura de comunicações, com o fornecimento de acesso à rede mundial de computadores (internet), incluindo instalação, configuração e manutenção, de modo a atender às necessidades da Câmara Municipal de São Domingos do Norte.

Empresa vencedora: M.E.G. REGATIERI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.553.267/0001-58.

Valor do Lote: valor total global de R\$ 3.600,00 (três mil seiscentos reais).

São Domingos do Norte, 13 de fevereiro de 2023.

Saely Marchezini
Pregoeira Oficial

Leonel Meneguete
Presidente da Câmara

PROC Nº 59
FOLHA Nº 67
RUBRICA

Protocolo 1026532

Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2023

Do Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relativos à Tecnologia da Informação, incluindo assessoria, consultoria e suporte, bem como manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento com backup mensal.

Do Contratado: Jordana Pereira 14490187777;
CNPJ: 23.272.440/0001-01.

Do Valor: A presente contratação importa no valor global de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).

Da justificativa: A contratação se faz necessária, tendo em vista que os softwares da contabilidade, compras, almoxarifado e patrimônio usados pela Câmara Municipal no exercício de suas atividades administrativas e contábeis, devem estar integrados com a Prefeitura Municipal, conforme exigência do Tribunal de Contas do Estado Espírito Santo. Assim, qualquer tipo de erro ou desajuste na configuração da rede, devem ser corrigidos imediatamente, para manter o bom andamento dos trabalhos e garantir o cumprimento dos prazos de envio dos relatórios ao TCEES.

www.amunes.es.gov.br



PROC N° 59
FOLHA N° 68
RUBRICA



Governo do Estado
do Espírito Santo

Departamento de Imprensa Oficial

Estado do Espírito Santo



www.dio.es.gov.br

Comprovante de Envio de Publicação

Protocolo 1027660

O Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema IOES, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada..

Identificação do REMETENTE

Cliente	CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
Publicador	GRAZIELA ALMEIDA VAGO
Data/Hora Recebimento	14/02/2023 13:10:35

Identificação da MATÉRIA

Protocolo	1027660
Título	RESUMO DO CONTRATO N°. 001/2023
Categoria de publicação	Contrato
Coluna(s)	1
Data de Publicação	15/02/2023
Situação	APROVADA

Centimetragem (cm/col)	Valor Unitário (cm/col)	Valor Total
10.74	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Departamento de Imprensa Oficial

CNPJ: 28.161.362/0001—83
Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS TRADE TOWER, 4º andar
Praia do Canto - Vitória / ES
CEP 29.055-130

Publicações e Assinaturas

(27) 3636—6932 / (27) 3636—6933
(27) 3636—6934 / (27) 3636—6935
Fax: (27) 3636-6931
atendimento@dio.es.gov.br
Seg à Sex, de 08:00h às 18:00h

Errata: Resumo do contrato foi publicado de forma errada na área de dispensa de licitação, na edição do dia 14 de fevereiro de 2023, página 341, segue publicação na área correta (CONTRATO).

RESUMO DO CONTRATO N°. 001/2023.

PROCESSO N°.: 059/2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 001/2023.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina – CNPJ N°.: 27.314.251/0001-05.

CONTRATADA: Colatina Gás LTDA – CNPJ N°. 39.802.327/0001-12.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 10/02/2023 à 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 001001.0103100012.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.00000 – MATERIAL DE CONSUMO. Colatina-ES, 10 de fevereiro de 2023. FELIPPE COUTINHO MARTINS - Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de Despesas.

PROC N° 59
FOLHA N° 69
RUBRICA CP

Colatina**Contrato**

Errata: Resumo do contrato foi publicado de forma errada na área de dispensa de licitação, na edição do dia 14 de fevereiro de 2023, página 341, segue publicação na área correta (CONTRATO).

RESUMO DO CONTRATO Nº. 001/2023.

PROCESSO Nº.: 059/2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 001/2023.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina - CNPJ Nº.: 27.314.251/0001-05.

CONTRATADA: Colatina Gás LTDA - CNPJ Nº. 39.802.327/0001-12.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 350 (trezentos e cinquenta) galões de água mineral, garrações de 20 litros e de 07 (sete) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), a serem utilizados de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.189,50 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 10/02/2023 à 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA - 001001.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA - 33.90.30.00000 - MATERIAL DE CONSUMO. Colatina-ES, 10 de fevereiro de 2023. FELIPPE COUTINHO MARTINS - Presidente da Câmara Municipal de Colatina/ES - Ordenador de Despesas.

Protocolo 1027660

Fundão**Portaria**

PORTARIA CMF Nº 026/2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando o inciso II do art. 25 da Lei Orgânica Municipal c/c inciso III do art. 24 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fundão, em especial o disposto na alínea "a";

Considerando ainda, o dever constitucional do presidente de zelar pelo bom funcionamento da Câmara e alcançar eficácia e eficiência administrativa,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear BIANCA BRAGA MARTINS para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Mandato Parlamentar, REF CC-7, constante da tabela de vencimentos da Lei Municipal nº 699/2010, de 06/07/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

PAULO ROBERTO COLE
Presidente da Câmara
Biênio 2023-2024

PROC Nº 59
FOLHA Nº 70
RUBRICA

Protocolo 1027960

PORTARIA CMF Nº 025/2023

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 20, 21 E 22 DE FEVEREIRO DE 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 25, inciso II da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 24, inciso III do Regimento Interno, e

Considerando, o disposto no Decreto Municipal nº 127/2023, que decretou no âmbito do Poder Executivo Municipal ponto facultativo nos dias 20 e 21 de fevereiro do corrente ano.

R E S O L V E:

Art. 1º - Estender ao Poder Legislativo Municipal os efeitos do Decreto Municipal nº 127/2023, que decretou ponto facultativo nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2023, dias estes em que ocorrem os festejos de carnaval.

Art. 2º - Ficam suspensas as atividades no âmbito da Câmara Municipal de Fundão dia 22 de fevereiro de 2023, quarta - feira de cinzas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

PAULO ROBERTO COLE
Presidente da Câmara
Biênio 2023-2024

Protocolo 1027982

PORTARIA CMF Nº 027/2023

DISPÕE SOBRE A SETORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 25, inciso II da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 24, inciso III do Regimento Interno, e

Considerando o dever constitucional da Presidência de zelar pelo bom funcionamento da Câmara e alcançar eficácia e eficiência administrativa;

www.amunes.es.gov.br



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PROC N° 59
FOLHA N° 71
RUBRICA [assinatura]

Colatina, 14 de fevereiro de 2023.

Ref. Processo n° 059/2023

Ao Setor de Contabilidade:

Após análise e parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico apenso nos autos, apontando quanto a legalidade da realização da dispensa de licitação em conformidade com o art. 24, da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, firmo o Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação n°. 001/2023 e Contrato n°. 001/2023, objeto deste processo.

E depois de adotadas as medidas legais estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, remeto o mesmo para que os itens listados à inicial sejam devidamente empenhados.


FELIPPE COUTINHO MARTINS
Presidente da Câmara Municipal de Colatina



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

PORTARIA N.º 056/2023

PROC N.º 59
FOLHA N.º 72
RUBRICA 97

FELIPPE COUTINHO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no Artigo 31, da Resolução n.º. 279, de 06 de julho de 2020 – Regimento Interno Cameral e de conformidade com o Inciso IV, do Artigo 3º da Lei N.º 10.520, de 17 de julho de 2002, **Resolve:**

Art. 1º - Designar a servidora, ELIANI DOS SANTOS GOMES, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato n.º. 001/2023.

Art. 2º - Na ausência do fiscal titular, designo o servidor DALMO ELER RAMOS, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato n.º. 001/2023.

Art. 3º - Determinar que o fiscal ora designado, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada aos objetos dos contratos, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – emitir atestado, formalmente, nos autos dos processos, juntamente com as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 4º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos ao dia 10 de fevereiro de 2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Colatina-ES, 14 de fevereiro de 2023.

FELIPPE COUTINHO MARTINS
Presidente

Administrativos e Gabinetes de Vereadores, da sede da Câmara Municipal, conforme quantidade e especificações contidas no referido Edital. DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09:00 horas do dia 07 de março de 2023, na Secretaria da Câmara Municipal de Alfredo Chaves, localizada na Rua Cais Costa Pinto, nº 62, Geovani Breda, Alfredo Chaves/ES, CEP 29.240-000. DATA DA ABERTURA: 07 de março de 2023 às 10:00 horas, na Sede da Câmara Municipal de Alfredo Chaves, no endereço citado. O edital está disponível no Portal da Transparência no endereço eletrônico www.camaraalfredochaves.es.gov.br

Alfredo Chaves, ES, 15 de fevereiro de 2023.

BRÍGIDA BOTÉCHIA BORTOLOTTI
Presidente CPL

Protocolo 1028625

Colatina

Portaria

PORTARIA Nº 054/2023.

FELIPPE COUTINHO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Colatina, Estado do Espírito Santo, eleito na forma da lei usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art. 31, incisos XIII e XIX, da Resolução nº 279, de 06 de julho de 2020 (Regimento Interno Cameral) CONSIDERANDO as festividades de carnaval a serem comemoradas no dia 21 de fevereiro de 2023, bem como a quarta-feira de cinzas que acontecerá no dia 22 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que não haverá expediente na Câmara Municipal de Colatina/ES nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Determinar que o expediente na Câmara Municipal de Colatina/ES no dia 17 de fevereiro de 2023 (sexta-feira) será das 07h às 13h.

Art. 3º Comunicar que as atividades da Câmara Municipal de Colatina serão interrompidas às 13h do dia 17 de fevereiro de 2023 retornando a sua normalidade a partir das 12h do dia 23 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Colatina/ES, 13 de fevereiro de 2022.

FELIPPE COUTINHO MARTINS
Presidente da Câmara Municipal de Colatina
Protocolo 1028292

PORTARIA N.º 056/2023

FELIPPE COUTINHO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no Artigo 31, da Resolução nº. 279, de 06 de julho de 2020 - Regimento Interno Cameral e de conformidade com o Inciso IV, do Artigo 3º da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolve:

Art. 1º - Designar a servidora, ELIANI DOS SANTOS GOMES, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato nº. 001/2023.

Art. 2º - Na ausência do fiscal titular, designo o servidor DALMO ELER RAMOS, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº. 001/2023.

Art. 3º - Determinar que o fiscal ora designado, deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada aos objetos dos contratos, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III - emitir atestado, formalmente, nos autos dos processos, juntamente com as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 4º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos ao dia 10 de fevereiro de 2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Colatina-ES, 14 de fevereiro de 2023.

FELIPPE COUTINHO MARTINS
Presidente

Protocolo 1029310
www.amunes.es.gov.br